

AULA ESPECIAL · CEBRASPE

DISCURSIVA DA CGU 2026

A questão de 30 linhas e a situação-problema de 60 linhas: planejamento, estrutura do parágrafo e seis rodadas com espelho e resposta completa.

AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE
PROVA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2026

ANTES DE COMEÇAR

Por que fiz esta **aula gratuita**

**Samuel Wolf**

@auditor_discursivas

- Auditor de Controle Externo do TCE-RJ
- Engenheiro de Infraestrutura Aeronáutica formado pelo ITA
- Nomeado Auditor Fiscal da SEFAZ-RS e da SEFIN Manaus
- Trabalha com discursivas há mais de 8 anos

Eu sou o Samuel. Antes de chegar ao controle externo, passei por concursos da área fiscal, e sei na prática o quanto a discursiva pesa — e o quanto ela assusta. Hoje, além do trabalho de auditor, ajudo concurseiros a escrever melhor na prova, com aulas, correções e recursos contra a nota da discursiva.

Fiz esta aula de graça por um motivo simples: **quero ajudar**. Muita gente estuda meses para a objetiva e chega à discursiva sem método, perdendo pontos que estavam ao alcance. Na CGU, onde a discursiva vale metade da nota final, isso pode custar a vaga. Se este material te poupar alguns desses pontos, ele cumpriu o papel dele.

Aqui está o mesmo jeito que eu uso para corrigir provas e preparar recursos: olhar o que a banca realmente cobra, planejar antes de escrever e responder exatamente ao comando, com a norma aplicada ao caso. Nada de fórmula mágica — método e treino.

COMBINADO?

Leia com calma, faça as rodadas antes de olhar as soluções e, se tiver dúvida ou quiser compartilhar o que achou, me chama no **@auditor_discursivas**. Bons estudos!

Palavra inicial

A discursiva da CGU 2026 tem duas partes que pedem habilidades diferentes. A primeira é um texto dissertativo de até 30 linhas sobre conhecimentos complementares, guiado pelos tópicos do comando. A segunda é uma **situação-problema** de até 60 linhas, em que a banca descreve um caso e cobra a aplicação da norma aos fatos.

A aula segue essa divisão. A Parte 1 trata do que vale para os dois textos: a prova, o que o Cebraspe já cobrou em controle, o roteiro de planejamento e o parágrafo de desenvolvimento. A Parte 2 reúne tudo da questão de 30 linhas — temas, estrutura e três rodadas completas. A Parte 3 faz o mesmo com a situação-problema de 60 linhas, em outras três rodadas. A Parte 4 fecha com a gestão do tempo, o checklist do dia e uma palavra minha para você.

REGRA DE OURO

Um parágrafo para cada item do comando, na ordem do enunciado, aberto pela resposta (tópico frasal) e sempre com recurso de autoridade. Na situação-problema, o mesmo parágrafo termina aplicando a norma ao fato do caso.

Sumário

PARTE 1 · VISÃO GERAL DA PROVA

- 01 A prova discursiva da CGU 2026
- 02 O que mudou: não há peça técnica
- 03 O que o Cebraspe já cobrou em controle
- 04 Texto técnico × redação escolar
- 05 Roteiro de planejamento em cinco passos
- 06 A estrutura do parágrafo de desenvolvimento

PARTE 2 · QUESTÃO DE 30 LINHAS

- 07 O que pode cair na Questão 1
- 08 A estrutura da questão de 30 linhas
- ▶ Rodadas 1 a 3

PARTE 3 · SITUAÇÃO-PROBLEMA DE 60 LINHAS

- 09 O que pode cair na situação-problema
- 10 A estrutura da situação-problema de 60 linhas
- ▶ Rodadas 4 a 6

PARTE 4 · O DIA DA PROVA

- 11 As três horas e meia da tarde
- 12 Checklist do dia da prova
- ▶ Obrigado pela leitura

Fontes: Edital n.º 1 – CGU – AFFC, de 8/10/2026 (DOU de 9/10/2026), itens 7, 8.11, 9 e 11 e Anexo I; cadernos e padrões de resposta do Cebraspe; legislação citada em cada rodada. As questões e resoluções desta aula são material do curso e não constituem padrão oficial da banca.

PARTE 1

Visão geral da prova

O que vale para os dois textos: formato, correção, histórico da banca, planejamento e parágrafo.

01 A prova discursiva da CGU 2026

1 + 1

QUESTÃO E CASO

30 + 70

PONTOS

50 / 100

NOTA MÍNIMA

30 · 60

LINHAS MÁXIMAS

3h30

TURNIO DA TARDE

O Edital n.º 1 – CGU – AFFC prevê, no turno da tarde de 13/12/2026, **uma questão discursiva de até 30 linhas sobre conhecimentos complementares (30 pontos) e uma situação-problema de até 60 linhas sobre os conhecimentos específicos da especialidade (70 pontos)**. A discursiva é eliminatória e classificatória: quem fizer menos de 50 pontos está fora.

O que a banca avalia

Bloco	Critério do edital	Onde você atende
Conteúdo (NC)	Apresentação, estrutura textual e desenvolvimento de cada aspecto do comando	Um parágrafo por item + tópico frasal + fundamento + aplicação ao caso
Língua (NE)	Grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular	Períodos curtos, ordem direta, revisão final
Extensão (TL)	Linhas efetivamente escritas; excedente ao limite é desconsiderado	Planejamento por linhas (seções 08 e 10)

Questão: $NQ1 = NC - 6 \times NE \div TL$ · Situação-problema: $NQ2 = NC - 14 \times NE \div TL$

Com o texto quase cheio (29 e 55 linhas), cada erro custa cerca de $6 \div 29 = 0,21$ ponto na questão e $14 \div 55 = 0,25$ na situação-problema. Uma questão de apenas 18 linhas paga 0,33 por erro.

Quanto vale a discursiva

A nota final segue a fórmula $NFC = NFPO \div 26 + NFPD \div 10$. As objetivas (até 260 pontos) e a discursiva (até 100) são convertidas para a mesma escala de 10. Resultado: **as duas questões discursivas pesam tanto quanto as 170 objetivas juntas**, e cada ponto da discursiva vale 2,6 vezes um ponto da objetiva.

O que zera ou anula a prova

- **Fuga ao tema ou ausência de texto:** nota zero na questão.
- **Nota negativa após os descontos:** a questão fica com zero.
- **Marca de identificação** no espaço do texto definitivo: anula a prova. Nada de nome, assinatura ou rubrica.
- **Texto fora do espaço ou além da 30.ª/60.ª linha:** desconsiderado na correção.
- **Não devolver o documento de texto definitivo:** prova anulada.

02 O que mudou: não há peça técnica

A CGU troca de banca e de formato. O último concurso, de 2021/2022, foi organizado pela FGV e cobrava uma dissertação longa e uma questão curta. Em 2026, com o Cebraspe, o centro de gravidade passa para o caso concreto.

Concurso 2022 (FGV)	Concurso 2026 (Cebraspe)
Dissertação de até 90 linhas (50 pontos)	Questão de conhecimentos complementares, até 30 linhas (30 pontos)
Questão discursiva de até 15 linhas (20 pontos)	Situação-problema da especialidade, até 60 linhas (70 pontos)
Discursiva de 70 pontos	Discursiva de 100 pontos, com metade do peso da nota final
Administração Pública, Direito e AFO	Controle, integridade, responsabilização e conteúdo da especialidade

RESPOSTA DIRETA

O edital **não pede peça técnica**. O subitem 9.7.4 manda o candidato produzir, conforme o comando, **texto dissertativo**, primando pela coerência e pela coesão. Não há parecer, nota técnica, informação ou relatório formatado. A situação-problema é um estudo de caso: a banca narra fatos e cobra a análise em prosa corrida, com um parágrafo por item.

O comando pode colocá-lo no papel de auditor ("na condição de auditor integrante da equipe, redija um texto..."). Isso **não** exige cabeçalho, número de processo, vocativo ou assinatura. Só monte forma de documento se o comando nomear expressamente um gênero — e, mesmo assim, sem assinar e sem inventar nomes, para não criar marca de identificação.

Essa fórmula não é novidade: o Cebraspe a usou, por exemplo, na SEFAZ-CE 2021 ("redija, na condição de auditor responsável..., um texto dissertativo"). O papel define o ponto de vista e o tom técnico; a forma continua sendo dissertativa. Quando a banca quer peça, ela diz "elabore um parecer" ou "elabore o relatório" — foi assim no TCE-RJ 2021 e no TCE-AC 2024.

ATENÇÃO

Provas antigas da CGU ainda servem para treinar **conteúdo**, mas não para treinar **formato**. O texto de 90 linhas acabou; agora o jogo é aplicar a norma ao caso com precisão.

QUEM TEM A DISCURSIVA CORRIGIDA

Só os aprovados nas objetivas mais bem classificados em cada modalidade de concorrência: **66 em Auditoria no Órgão Central, 10 em cada Unidade Regional de Auditoria e 36 em cada especialidade de TI**, além das candidatas acrescidas pela aprovação adicional de candidatas sempre que as mulheres forem menos de 50% dos aprovados (subitem 8.11.5.2 do edital, com base no Decreto n.º 11.785/2023). Quem não está nesse grupo é eliminado sem ter o texto corrigido.

03 O que o Cebraspe já cobrou em controle

Antes de escolher os temas de treino, vale olhar para trás. A tabela reúne discursivas de controle externo e interno aplicadas pelo Cebraspe, conferidas nos cadernos e padrões de resposta publicados pela banca.

Prova	Formato	O que foi cobrado
TCU 2015 · AUFC	Questão de 20 l. + peça de 50 l.	Regulação econômica; relatório sobre RGF com limite de pessoal e limitação de empenho (LRF)
TCU 2025 · AUFC (TI)	3 questões de 20 l. + parecer de 50 l.	Responsabilidade civil do Estado e competência do TCU; MLOps; parecer sobre contratação de SaaS (ETP, preços, fiscalização)
TCU 2025 · Técnico	2 questões de 10 l. + parecer de 30 l.	Gestão de riscos nas contratações; parecer sobre convênio federal com despesa sem empenho, dispensa indevida e classificação do controle
TCDF 2021 · Auditor	2 questões de 20 l. + relatório de 50 l.	Custos no setor público; matriz de achados e de responsabilização; controles internos (COSO)
TCDF 2023 · Auditor	2 questões de 20 l. + Informação de 50 l.	Lei n.º 13.460/2017; medidas cautelares; pagamento antecipado sem entrega e aditivos irregulares
TCE-RJ 2021 · Analista	3 questões de 20 l. + parecer de 50 l.	Contas irregulares por dispensa indevida; três linhas de defesa ; extinção de concessão; ativos intangíveis
TCM-BA 2018 · Auditor	2 questões de 20 l. + estudo de caso de 50 l.	Componentes do COSO; improbidade e TCE em convênio; papel do controle interno
TCE-PB 2018 · Auditor	Texto de 30 l.	Mínimos da saúde na LOA; emendas parlamentares e orçamento impositivo
TCE-AC 2024 · Auditor	4 questões + relatório de 120 l.	Convênio estadual e TCE; relatório sobre a Lei n.º 14.133/2021 (ETP, PCA, preço estimado, ordem cronológica)
TCE-MS 2025 · Auditor	3 questões de 20 l. + peça de 60 l.	Classificação da despesa; livros pagos e não entregues : condição, critério, causa e efeito; matriz de achados
CGE-RJ 2024 · Auditor	Texto de 30 l.	Materialidade, risco e relevância; requisitos dos achados; tipos de evidência
CGE-AL 2026 · Analista	Texto de 30 l.	Competências do órgão central; auditoria de conformidade × operacional; risco e materialidade

E a própria CGU?

Prova	O que foi cobrado
CGU 2022 · FGV	Dissertação de 90 linhas: PPA, LDO e LOA; orçamento impositivo; princípios da LRF; emendas ao projeto de LOA (CF, art. 166, § 3.º); limitação de empenho (LRF, art. 9.º); finalidades do controle interno (CF, art. 74). Questão de 15 linhas: licitações — taxa de administração mínima e fracionamento de dispensa (Lei n.º 14.133/2021, art. 75). Os temas foram os mesmos para todas as áreas.

CGU 2012 • ESAF	Tema único de 40 a 60 linhas, sorteado entre Administração Pública, Direito Constitucional, Direito Administrativo e AFO.
------------------------	---

O que se repete

#	Bloco temático	Onde apareceu
1	Auditoria governamental: achados e atributos, evidência, risco e materialidade, tipos de auditoria	TCDF 2021, TCE-MS 2025, CGE-RJ 2024, CGE-AL 2026
2	Contratações e convênios: pagamento sem execução, dispensa indevida, ETP e preços	TCDF 2023, TCU 2025, TCE-AC 2024, TCM-BA 2018
3	Orçamento e LRF: pessoal, limitação de empenho, emendas e orçamento impositivo	TCU 2015, TCE-PB 2018, CGU 2022
4	Controle interno: COSO, três linhas e gestão de riscos	TCE-RJ 2021, TCM-BA 2018, TCDF 2021, TCU 2025
5	Responsabilização: improbidade, tomada de contas especial, dano	TCM-BA 2018, TCU 2025, TCE-RJ 2021

LEITURA PARA A CGU

Transparência, LAI e Lei Anticorrupção aparecem pouco nas provas verificadas. A Lei Anticorrupção, porém, é competência central da CGU e consta expressamente do eixo de integridade e responsabilização da especialidade Auditoria; por isso entra nas rodadas desta aula. Quanto a números, o Cebraspe raramente pede cálculo: no máximo, leitura de percentuais. As rodadas trazem apenas contas simples.

Fontes: cadernos de prova e padrões de resposta publicados pelo Cebraspe (cdn.cebraspe.org.br); para a CGU 2022, análises publicadas por cursos preparatórios a partir da prova da FGV.

04 Texto técnico × redação escolar

A discursiva da CGU não é a redação do ENEM. O corretor tem um espelho com quesitos numerados e procura, em cada parágrafo, a informação que vale ponto. Estilo literário, frases de efeito e citações de pensadores não constam do espelho.

Critério	Redação escolar	Texto técnico (CGU)
Objetivo	Defender uma tese	Responder exatamente ao que o comando pede
Abertura	Longa, com contextualização	Opcional e curta (1 a 2 linhas na questão; até 5 na situação-problema)
Repertório	Cultural e histórico	Normas, conceitos técnicos e dados do caso
Estrutura	Livre	Um parágrafo por item, na ordem do comando
Linguagem	Pode ser expressiva	Impessoal, direta, períodos curtos
Fechamento	Proposta de intervenção	Síntese técnica de 2 a 4 linhas, sem fato novo

05 Roteiro de planejamento em cinco passos

A parte mais importante da prova acontece antes da primeira linha. O roteiro leva de 10 a 15 minutos na questão e de 25 a 30 na situação-problema, e devolve esse tempo no texto definitivo, sem rasuras e sem linhas desperdiçadas.

ROTEIRO DE PLANEJAMENTO	
1	Decompor o comando Numere os itens, sublinhe o verbo ("indique", "analise", "apresente duas") e circule o valor de cada um. Item com duas partes ("requisitos e efeitos") recebe duas marcas.
2	Mapear o caso Na situação-problema, liste os fatos do enunciado e ligue cada um ao item que ele resolve. Números e detalhes aparentemente soltos quase sempre valem ponto.
3	Escolher o fundamento Ao lado de cada item, anote a norma ou o conceito que o responde. Número de artigo só com certeza.
4	Distribuir as linhas pelo valor dos itens Um parágrafo por item, com linhas proporcionais ao valor. Anote o intervalo ao lado de cada item no rascunho.
5	Montar o esqueleto e só então escrever Para cada parágrafo: tópico frasal, artigo, fato do caso e conclusão parcial — em palavras-chave, não em texto corrido.

06 A estrutura do parágrafo de desenvolvimento

O parágrafo é onde a banca conta os pontos. Se cada parágrafo seguir a mesma sequência, o corretor encontra o quesito na primeira frase e confirma o resto em segundos.

Tópico frasal + Fundamento normativo + Aplicação ao caso + Fechamento

Na questão de 30 linhas, a aplicação dá lugar ao desenvolvimento do conceito. Na situação-problema, ela é obrigatória.

Parte	O que é	Exemplo
1. Tópico frasal	A primeira frase já responde ao item, com as palavras-chave do comando	"A responsabilidade da empresa é objetiva."
2. Fundamento	A norma ou o conceito que sustenta a resposta	"...conforme os arts. 1.º e 2.º da Lei n.º 12.846/2013."
3. Aplicação	O fato do caso que se encaixa na norma	"No caso, a Alfa combinou preços com as concorrentes..."
4. Fechamento	A consequência, em uma frase	"Assim, responde por meio de PAR."

Tópico frasal: transforme o item em pergunta e resposta

Item do comando	Pergunta	Tópico frasal
Natureza da responsabilidade da pessoa jurídica	Qual é a natureza?	A responsabilidade da empresa é objetiva, nas esferas administrativa e civil.
Papel das ouvidorias no tratamento de denúncias	O que a ouvidoria faz?	As ouvidorias recebem, analisam e encaminham as denúncias.
Desempenho quanto à eficácia	A meta foi cumprida?	Quanto à eficácia, o programa cumpriu 90% da meta física.

ASSIM NÃO PONTUA

"No mundo contemporâneo, em que a sociedade exige cada vez mais transparência, é importante discutir o papel das ouvidorias..."

ASSIM PONTUA

"As ouvidorias, nos termos da Lei n.º 13.460/2017, recebem, analisam e encaminham as manifestações dos usuários, entre elas as denúncias."

Como citar normas

- **Primeira menção completa:** "Lei n.º 14.133/2021"; depois, "a mesma lei".
- **Artigo só com certeza.** Número errado tira mais credibilidade do que número ausente.
- **Normas que mudaram:** Lei n.º 14.133/2021 (licitações), Lei n.º 14.230/2021 (improbidade exige dolo), Decreto n.º 11.129/2022 (regulamento da Lei Anticorrupção) e EC n.º 109/2021 (CF, art. 37, § 16).
- **Não invente acórdão.** Sem o número exato, cite o entendimento sem número.

Conectivos que organizam

Função	Modelos
Fundamentar	"Nos termos do..." · "Conforme o..." · "Segundo o..."
Aplicar ao caso	"No caso,..." · "Na situação hipotética,..." · "Os dados indicam que..."
Fechar o parágrafo	"Assim,..." · "Dessa forma,..." · "Por isso,..."
Enumerar	"Em primeiro lugar,..." · "Em segundo lugar,..." · "Por fim,..."
Fechar o texto	"Conclui-se, portanto, que..."

PARTE 2

Questão de 30 linhas

Conhecimentos complementares · comum a todas as especialidades · 30 pontos · até 30 linhas

07 O que pode cair na Questão 1

A Questão 1 cobra os conhecimentos complementares, iguais para todas as especialidades. O formato lembra o que o Cebraspe aplicou na CGE-RJ 2024 e na CGE-AL 2026: um texto dissertativo de 30 linhas, com dois a quatro aspectos pontuados um a um.

Eixo do edital	Exemplos de recorte provável
Governança, riscos e integridade pública e privada	Gestão de riscos, três linhas, programa de integridade
Transparência, ouvidoria e participação social	Lei n.º 13.460/2017, LAI, proteção ao denunciante
Direito público aplicado, controle e responsabilização	Controle interno × externo, responsabilização de agentes e de empresas
Evidências, dados e inteligência artificial	Evidência de auditoria, cruzamento de bases, uso responsável de IA
Auditoria governamental e atuação integrada da CGU	Avaliação × consultoria, risco e materialidade, achados

As rodadas desta parte

Rodada	Tema	Por que este tema
1	Gestão de riscos e as linhas de defesa	Eixo de governança e riscos. Precedentes: TCE-RJ 2021 (três linhas de defesa) e TCU 2025 Técnico (gestão de riscos nas contratações)
2	Evidência de auditoria na era dos dados	Eixo novo de dados e IA, somado ao de auditoria. Precedentes: CGE-RJ 2024 (evidência e achados) e TCU 2025 (MLOps)
3	O sistema de controle interno do Executivo federal	Eixo de controle e responsabilização e atuação da CGU. Precedentes: CGU 2022 (finalidades do art. 74), TCM-BA 2018 (papel do controle interno) e TCU 2025 Técnico (classificação do controle)

COMO USAR AS RODADAS

Leia só o enunciado, cronometre e escreva antes de olhar o resto. Depois, corrija-se com o espelho: atribua o conceito de cada quesito, conte os erros e aplique a fórmula do desconto. Só então compare com a proposta de redação. Ler o modelo antes de tentar transforma treino em leitura.

Sobre os espelhos: o Cebraspe divulga padrões de resposta com quesitos e conceitos graduados após cada prova. Os espelhos desta aula seguem essa lógica para fins de treino; a distribuição real de pontos só será conhecida com o padrão oficial, previsto para 15/12/2026.

08 A estrutura da questão de 30 linhas

A Questão 1 é, no edital, uma **questão discursiva** (subitem 9.1, a), respondida em **texto dissertativo** (subitem 9.7.4). Na prática, é um texto técnico curto: um parágrafo por item do comando, cada um aberto pela resposta.

Introdução: quando usar e quando ir direto

Se o comando for...	Exemplo	Como responder
Dissertativo	"Redija um texto dissertativo acerca de X, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos"	Abertura opcional de 1 a 2 linhas, só para situar o tema; depois, um parágrafo por aspecto; fecho de 1 a 2 linhas, se sobrar espaço.
Pergunta direta	"Responda, de forma justificada, aos questionamentos a seguir: 1 Qual...? 2 É possível...?"	Direto ao ponto: sem introdução e sem conclusão. O primeiro parágrafo já começa com a resposta à pergunta 1.

POR QUE A INTRODUÇÃO É OPCIONAL

Nos padrões de resposta do Cebraspe, introdução e conclusão não aparecem como quesito: a pontuação está nos aspectos do comando. A abertura curta só ajuda a dar forma de texto, o que conta em apresentação e estrutura textual, item de peso pequeno. Por isso, **na dúvida ou sem linhas, comece direto pelo item 1**. Nunca troque um aspecto por uma introdução. As rodadas desta parte usam comando dissertativo, e os modelos abrem com uma ou duas linhas.

O TEXTO TEM

- Abertura opcional de 1 a 2 linhas
- Um parágrafo por item, na ordem do comando
- Tópico frasal na 1.^a frase de cada parágrafo
- Fundamento normativo em cada item
- Fecho de 1 a 2 linhas, se sobrar espaço

O TEXTO NÃO TEM

- Título
- Contextualização histórica
- Citação de pensadores
- Pergunta retórica
- Primeira pessoa

Abertura → § Item 1 → § Item 2 → § Item 3 → Fecho

Sem tempo? Corte a abertura, nunca um item. Abertura e fecho rendem pouco no espelho; cada item vale um quesito inteiro.

Calibragem das 30 linhas

Comando com	Abertura	Desenvolvimento	Fecho	Total alvo
2 itens	0–2	12 + 12	0–2	24–28
3 itens	0–2	9 + 9 + 8	0–2	26–30
4 itens	0–1	7 + 7 + 6 + 6	0–1	26–28

Quando os itens têm valores diferentes, as linhas acompanham o valor. Um item de 10 pontos ao lado de dois de 9 recebe uma ou duas linhas a mais. E escreva perto do limite: o desconto por erro é dividido pelas linhas escritas, então um texto de 18 linhas paga mais caro por erro do que um de 29.

Rodada 1 · Questão Gestão de riscos e as linhas de defesa

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES · COMUM A TODAS AS ESPECIALIDADES

Eixo do edital: Governança, riscos e integridade. Enunciado inédito, elaborado no padrão Cebbraspe para treino.

QUESTÃO · INÉDITA · PADRÃO CEBRASPE · 30 LINHAS · 30 PONTOS

A Lei n.º 14.133/2021 determina que as contratações públicas se sujeitem a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, organizadas em linhas de defesa. No mesmo sentido, o Decreto n.º 9.203/2017 atribui à alta administração dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional o dever de estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos.

Considerando que o texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da gestão de riscos no setor público. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 conceito de gestão de riscos e sua relação com a governança pública; [valor: 9,00 pontos]
- 2 composição das linhas de defesa nas contratações públicas, conforme a Lei n.º 14.133/2021; [valor: 10,00 pontos]
- 3 papel da auditoria interna governamental exercida pela CGU nesse modelo. [valor: 9,00 pontos]

Pare aqui. Planeje e escreva a sua resposta, cronometrando (55 minutos para 30 linhas; 115 para 60), antes de virar a página. A solução começa na próxima página.

COMO MONTAR O ESQUELETO

Abertura (opcional) · 2 linhas — tema (gestão de riscos na governança) · anuncia o caminho: gestores, unidades de controle, auditoria.

§1 · item 1 · 9 linhas — TF: conceito de gestão de riscos (Decreto n.º 9.203/2017) · governança = liderança, estratégia e controle · fecho: dever da alta administração (art. 17).

§2 · item 2 · 9 linhas — TF: três linhas (art. 169 da Lei n.º 14.133/2021) · 1ª agentes e autoridades · 2ª jurídico e controle interno · 3ª órgão central e TC · fecho: o controle começa no gestor.

§3 · item 3 · 7 linhas — TF: CGU na 3ª linha · avaliação e consultoria (Referencial Técnico) · fecho: avalia sem gerir = independência.

Fecho · 2 linhas — síntese dos três itens em uma frase.

Padrão de resposta

Item	O que a resposta deve conter
1. Conceito e relação com a governança	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de riscos é o processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla identificar, avaliar e gerenciar eventos que possam afetar a organização, para fornecer segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos (Decreto n.º 9.203/2017, art. 2.º). Governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a gestão (mesmo artigo). A gestão de riscos é um dos mecanismos de controle da governança. O art. 17 do decreto impõe à alta administração o dever de manter sistema de gestão de riscos e controles internos.
2. Linhas de defesa (Lei n.º 14.133/2021, art. 169)	<ul style="list-style-type: none"> 1.ª linha: servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão. 2.ª linha: unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão. 3.ª linha: órgão central de controle interno da Administração e tribunal de contas. Ideia-chave esperada: a responsabilidade primária pelo controle é do gestor.
3. Papel da CGU	<ul style="list-style-type: none"> A CGU, em cuja estrutura está o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal (Lei n.º 10.180/2001, art. 22), atua na terceira linha. Auditoria interna governamental: atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações (Referencial Técnico — IN SFC n.º 3/2017). Avalia a eficácia dos processos de gestão de riscos, controles e governança, sem assumir atribuições de gestão (preservação da independência e da objetividade).

Espelho de correção (do curso, padrão Cebraspe)

Quesito	O que o corretor procura	Pontos
1	Apresentação e estrutura textual: legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos	0,00 a 2,00

Quesito	O que o corretor procura	Pontos
2.1	<p>Conceito de gestão de riscos e relação com a governança</p> <p>Conceito 0 — não abordou o aspecto ou o fez de forma equivocada.</p> <p>Conceito 1 (3,00) — apresentou noção genérica de risco, sem relação com a governança.</p> <p>Conceito 2 (6,00) — conceituou a gestão de riscos OU relacionou-a à governança.</p> <p>Conceito 3 (9,00) — conceituou a gestão de riscos E relacionou-a à governança, com menção ao dever da alta administração.</p>	9,00
2.2	<p>Composição das três linhas na Lei n.º 14.133/2021</p> <p>Conceito 0 — não abordou ou confundiu as linhas.</p> <p>Conceito 1 (2,50) — citou o modelo, sem descrever as linhas.</p> <p>Conceito 2 (5,00) — descreveu corretamente apenas uma linha.</p> <p>Conceito 3 (7,50) — descreveu corretamente duas linhas.</p> <p>Conceito 4 (10,00) — descreveu corretamente as três linhas.</p>	10,00
2.3	<p>Papel da auditoria interna governamental exercida pela CGU</p> <p>Conceito 0 — não abordou o aspecto.</p> <p>Conceito 1 (3,00) — situou a CGU na terceira linha, sem explicar sua função.</p> <p>Conceito 2 (6,00) — explicou a função de avaliação OU de consultoria, sem tratar da independência.</p> <p>Conceito 3 (9,00) — explicou a função de avaliação e consultoria e a independência em relação à gestão.</p>	9,00
	Nota de conteúdo máxima	30,00
NE	Erros de grafia, morfofssintaxe e propriedade vocabular, descontados sobre as linhas escritas	$- 6 \times NE \div TL$

Proposta de redação definitiva · 29 de 30 linhas

TEXTO DEFINITIVO · QUESTÃO · 30 LINHAS	
1	A gestão de riscos integra a governança pública e envolve
2	gestores, unidades de controle e auditoria.
3	Gestão de riscos, conforme o Decreto n.º 9.203/2017, é o
4	processo permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela
5	alta administração, de identificar, avaliar e gerenciar eventos
6	capazes de afetar a organização, para fornecer segurança razoável
7	quanto ao alcance de seus objetivos. Ela integra a governança,
8	conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle que
9	avalia, direciona e monitora a gestão. Nesse sentido, o art. 17
10	obriga a alta administração a manter sistema de gestão de riscos e
11	controles internos.
12	O art. 169 da Lei n.º 14.133/2021 submete as contratações a
13	três linhas de defesa. A primeira reúne servidores e empregados
14	públicos, agentes de licitação e autoridades da estrutura de
15	governança do órgão; a segunda, as unidades de assessoramento
16	jurídico e de controle interno do próprio órgão; e a terceira, o
17	órgão central de controle interno e o tribunal de contas. A segunda
18	linha apoia e supervisiona a primeira, e a terceira avalia ambas com
19	independência. Assim, a responsabilidade pelo controle começa no
20	próprio gestor.
21	A CGU, que abriga o órgão central do Sistema de Controle
22	Interno do Poder Executivo federal, atua na terceira linha. Sua
23	auditoria interna governamental é atividade independente e objetiva
24	de avaliação e de consultoria, destinada a adicionar valor e a
25	melhorar as operações, nos termos do Referencial Técnico. Assim,
26	avalia a gestão de riscos, os controles e a governança sem assumir
27	funções de gestão, o que preserva sua independência.
28	Portanto, a gestão de riscos cabe ao gestor, com o apoio da
29	segunda linha e com a avaliação independente da CGU.
30	

Contagem simulada com cerca de 68 caracteres por linha manuscrita. Na sua letra, o número pode variar: treine na folha oficial.

ARMADILHAS DO ENUNCIADO

- O aspecto 2 pede a composição **conforme a Lei n.º 14.133/2021**. Descrever apenas o modelo genérico do IIA (gestão, funções de supervisão e auditoria) não garante o conceito máximo: a banca espera os atores do art. 169.
- O tribunal de contas está na terceira linha junto com o órgão central de controle interno. Muitos candidatos o colocam numa "quarta linha", o que não existe na lei.

ERROS MAIS COMUNS

- Afirmar que a gestão de riscos é tarefa da auditoria interna. É exatamente o contrário: a auditoria avalia; quem gerencia o risco é o gestor.
- Gastar seis ou sete linhas de introdução e chegar ao aspecto 3 sem espaço.

DICAS ESTRATÉGICAS

- Feche o parágrafo do aspecto 2 com a frase-síntese "a responsabilidade pelo controle começa no gestor". É a ideia que separa a resposta mediana da excelente.
- Se não lembrar o número do artigo do decreto, cite apenas o decreto. Número errado tira mais credibilidade do que número ausente.

Rodada 2 · Questão Evidência de auditoria na era dos dados

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES · COMUM A TODAS AS ESPECIALIDADES

Eixo do edital: Evidências, dados e inteligência artificial · Auditoria governamental. Enunciado inédito, elaborado no padrão Cebraspe para treino.

QUESTÃO · INÉDITA · PADRÃO CEBRASPE · 30 LINHAS · 30 PONTOS

A CGU utiliza ferramenta de inteligência artificial que analisa editais de licitação publicados e emite alertas de risco a auditores e gestores. Recursos desse tipo ampliam a capacidade de detecção de irregularidades, mas não substituem o julgamento profissional na formação das conclusões de auditoria.

Considerando que o texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da evidência de auditoria no contexto do uso intensivo de dados. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 atributos que a evidência de auditoria deve apresentar para sustentar achados e conclusões; [valor: 9,00 pontos]
- 2 contribuições da análise de dados e da inteligência artificial para a auditoria governamental; [valor: 9,00 pontos]
- 3 riscos e cuidados no uso desses recursos na produção de evidências. [valor: 10,00 pontos]

Pare aqui. Planeje e escreva a sua resposta, cronometrando (55 minutos para 30 linhas; 115 para 60), antes de virar a página. A solução começa na próxima página.

COMO MONTAR O ESQUELETO

Abertura (opcional) · 2 linhas — dados mudaram a forma de obter evidência, não a exigência de qualidade.

§1 · item 1 · 9 linhas — TF: evidência suficiente, confiável e relevante · definição de cada atributo · fecho: sem eles, o achado não se sustenta.

§2 · item 2 · 7 linhas — TF: dados e IA ampliam o alcance · população inteira, cruzamento de bases, trilhas · risco e prevenção · exemplo: análise de editais pela CGU.

§3 · item 3 · 8 linhas — TF: exige cuidados · qualidade dos dados · vieses e validação · alerta ≠ evidência · LGPD.

Fecho · 2 linhas — dados ampliam a detecção; a conclusão depende de evidência e julgamento.

Padrão de resposta

Item	O que a resposta deve conter
1. Atributos da evidência	<ul style="list-style-type: none"> • Suficiente: quantidade bastante para que uma pessoa prudente chegue à mesma conclusão do auditor. • Confiável: fonte idônea e meio de obtenção adequado (evidência externa e documental tende a ser mais forte que a interna e testemunhal). • Relevante e útil: relação lógica com o critério e com o objetivo do trabalho. • Tipos: física, documental, testemunhal e analítica. Referência: normas de auditoria interna adotadas pela CGU (Referencial Técnico, IN SFC n.º 3/2017, alinhado às normas internacionais). • Ideia-chave: sem evidência qualificada, o achado não sustenta recomendação nem responsabilização.
2. Contribuições de dados e IA	<ul style="list-style-type: none"> • Teste de toda a população, e não apenas de amostras. • Cruzamento de bases (ex.: folha de pagamento × cadastro de óbitos; sócios de fornecedores × servidores). • Trilhas contínuas, seleção de objetos baseada em risco e atuação preventiva. • Exemplo institucional: análise automatizada de editais pela CGU, com alertas antes da contratação.
3. Riscos e cuidados	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade dos dados: bases incompletas ou desatualizadas geram falsos positivos; exigem testes prévios de integridade. • Vieses e opacidade dos modelos: exigem validação e explicabilidade. • Alerta não é evidência: é indício a confirmar com outros procedimentos e julgamento profissional, com registro em papéis de trabalho. • Proteção de dados pessoais: Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), tratamento vinculado à finalidade pública e às competências legais.

Espelho de correção (do curso, padrão Cebraspe)

Quesito	O que o corretor procura	Pontos
1	Apresentação e estrutura textual: legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos	0,00 a 2,00

Quesito	O que o corretor procura	Pontos
2.1	Atributos da evidência Conceito 0 — não abordou o aspecto ou confundiu atributo com tipo de evidência. Conceito 1 (3,00) — citou um atributo corretamente. Conceito 2 (6,00) — citou e explicou dois atributos. Conceito 3 (9,00) — explicou suficiência, confiabilidade e relevância, relacionando-as à sustentação do achado.	9,00
2.2	Contribuições de dados e IA Conceito 0 — não abordou o aspecto. Conceito 1 (3,00) — mencionou contribuição genérica ("mais eficiência"). Conceito 2 (6,00) — explicou uma contribuição concreta. Conceito 3 (9,00) — explicou duas ou mais contribuições concretas, com exemplo aplicado à auditoria governamental.	9,00
2.3	Riscos e cuidados Conceito 0 — não abordou o aspecto. Conceito 1 (2,50) — tratou de um risco ou cuidado. Conceito 2 (5,00) — tratou de dois. Conceito 3 (7,50) — tratou de três. Conceito 4 (10,00) — tratou de qualidade dos dados, vieses, necessidade de confirmação do alerta e proteção de dados.	10,00
	Nota de conteúdo máxima	30,00
NE	Erros de grafia, morfofossintaxe e propriedade vocabular, descontados sobre as linhas escritas	$- 6 \times NE \div TL$

Proposta de redação definitiva · 28 de 30 linhas

TEXTO DEFINITIVO · QUESTÃO · 30 LINHAS	
1	O uso intensivo de dados mudou a forma de obter evidência de
2	auditoria, mas não as exigências de qualidade.
3	A evidência de auditoria, segundo as normas adotadas pela CGU,
4	deve ser suficiente, confiável e relevante. É suficiente quando
5	permite a uma pessoa prudente chegar à mesma conclusão do auditor;
6	confiável, quando provém de fonte idônea e é obtida por meio
7	adequado; e relevante, quando se relaciona logicamente com o
8	critério e o objetivo do trabalho. Quanto à forma, pode ser física,
9	documental, testemunhal ou analítica. Sem suficiência,
10	confiabilidade e relevância, o achado não sustenta recomendações nem
11	eventual responsabilização.
12	A análise de dados e a inteligência artificial ampliam o
13	alcance da auditoria governamental. Em vez de amostras, o auditor
14	pode testar toda a população, cruzar bases distintas e manter
15	trilhas contínuas de verificação. Essas ferramentas também permitem
16	selecionar objetos com base em risco e atuar preventivamente, como
17	ocorre na análise automatizada de editais pela CGU, que emite
18	alertas de risco antes da contratação.
19	O uso desses recursos, porém, exige cuidados. Em primeiro
20	lugar, bases incompletas ou desatualizadas geram falsos positivos, o
21	que exige testes prévios de integridade dos dados. Em segundo lugar,
22	modelos podem reproduzir vieses e ser pouco transparentes, o que
23	exige validação. Além disso, o alerta do algoritmo é indício, e não
24	evidência, e deve ser confirmado por outros procedimentos e pelo
25	julgamento do auditor. Por fim, o tratamento de dados pessoais deve
26	observar a Lei n.º 13.709/2018.
27	Portanto, dados ampliam a detecção, mas a conclusão depende de
28	evidência qualificada e de julgamento profissional.
29	
30	

Contagem simulada com cerca de 68 caracteres por linha manuscrita. Na sua letra, o número pode variar: treine na folha oficial.

ARMADILHAS DO ENUNCIADO

- O aspecto 1 pede **atributos** (suficiente, confiável, relevante), e não **tipos** (física, documental, testemunhal, analítica). Listar só os tipos, em lugar dos atributos, leva ao conceito 0 do quesito.
- O aspecto 3 pede riscos e cuidados. Apontar o risco sem dizer como tratá-lo deixa a resposta pela metade.

ERROS MAIS COMUNS

- Tratar o alerta da ferramenta como prova bastante para responsabilizar o gestor.
- Escrever sobre "transformação digital" em tom genérico, sem ligar dados a evidência e achado.

DICAS ESTRATÉGICAS

- Um exemplo concreto da atuação da CGU vale mais que frases genéricas sobre tecnologia.
- Feche o aspecto 3 com a LGPD: é o cuidado jurídico que qualquer corretor espera encontrar.

Rodada 3 · Questão O sistema de controle interno do Executivo federal

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES · COMUM A TODAS AS ESPECIALIDADES

Eixo do edital: Direito público aplicado, controle e responsabilização · Atuação integrada da CGU. Enunciado inédito, elaborado no padrão Cebraspe para treino.

QUESTÃO · INÉDITA · PADRÃO CEBRASPE · 30 LINHAS · 30 PONTOS

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de [...] apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Constituição Federal de 1988, art. 74, caput e inciso IV.

Considerando que o fragmento de texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do sistema de controle interno do Poder Executivo federal. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 finalidades constitucionais do sistema de controle interno; [valor: 9,00 pontos]
- 2 organização do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal e papel da CGU; [valor: 9,00 pontos]
- 3 relação entre o controle interno e o controle externo. [valor: 10,00 pontos]

Pare aqui. Planeje e escreva a sua resposta, cronometrando (55 minutos para 30 linhas; 115 para 60), antes de virar a página. A solução começa na próxima página.

COMO MONTAR O ESQUELETO

Abertura (opcional) · 2 linhas — controle interno = autocontrole · sistema coordenado pela CGU.

§1 · item 1 · 8 linhas — TF: finalidades no art. 74 da CF · metas e programas · legalidade e resultados · operações de crédito · apoio ao controle externo.

§2 · item 2 · 7 linhas — TF: Lei n.º 10.180/2001 · SFC (órgão central, na CGU) + setoriais · auditoria e fiscalização · CGU integra correição e ouvidoria.

§3 · item 3 · 9 linhas — TF: controles complementares · externo = Congresso + TCU, fora da estrutura · apoio (certificado de auditoria) · ciência ao TCU com responsabilidade solidária.

Fecho · 2 linhas — corrige por dentro e fortalece o controle externo.

Padrão de resposta

Item	O que a resposta deve conter
1. Finalidades (CF, art. 74, I a IV)	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o cumprimento das metas do plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos. • Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. • Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União. • Apoiar o controle externo. A Lei n.º 10.180/2001 (art. 20) repete as quatro finalidades.
2. Organização e papel da CGU	<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 10.180/2001, art. 22: integram o sistema a Secretaria Federal de Controle Interno, como órgão central, e órgãos setoriais (art. 22, II e § 2.º). • A Secretaria Federal de Controle Interno integra a estrutura da CGU. • Instrumentos: auditoria e fiscalização (art. 21). • A CGU reúne também correição, ouvidoria e prevenção da corrupção, o que permite atuação integrada.
3. Relação com o controle externo	<ul style="list-style-type: none"> • Controle externo: Congresso Nacional com auxílio do TCU (CF, art. 71), exercido por órgão alheio à estrutura controlada; o interno integra o próprio Poder. • Complementaridade: o controle interno apoia o externo (CF, art. 74, IV), por exemplo com relatório e certificado de auditoria nas contas (Lei n.º 8.443/1992, art. 9.º). • Dever de ciência ao TCU de irregularidade, sob pena de responsabilidade solidária (CF, art. 74, § 1.º).

Espelho de correção (do curso, padrão Cebraspe)

Quesito	O que o corretor procura	Pontos
1	Apresentação e estrutura textual: legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos	0,00 a 2,00
2.1	Finalidades constitucionais Conceito 0 — não abordou o aspecto. Conceito 1 (3,00) — citou uma ou duas finalidades. Conceito 2 (6,00) — citou três finalidades. Conceito 3 (9,00) — citou as quatro finalidades do art. 74.	9,00

Quesito	O que o corretor procura	Pontos
2.2	<p>Organização do sistema e papel da CGU</p> <p>Conceito 0 — não abordou o aspecto.</p> <p>Conceito 1 (3,00) — mencionou a CGU sem descrever o sistema.</p> <p>Conceito 2 (6,00) — indicou o órgão central e os setoriais OU os instrumentos de atuação.</p> <p>Conceito 3 (9,00) — descreveu órgão central, setoriais e instrumentos, e o papel integrado da CGU.</p>	9,00
2.3	<p>Relação com o controle externo</p> <p>Conceito 0 — não abordou o aspecto ou tratou os controles como hierarquizados.</p> <p>Conceito 1 (3,33) — diferenciou os controles sem tratar da relação entre eles.</p> <p>Conceito 2 (6,67) — tratou do apoio ao controle externo OU do dever de ciência ao TCU.</p> <p>Conceito 3 (10,00) — diferenciou os controles e tratou do apoio e do dever de ciência, com a responsabilidade solidária.</p>	10,00
	Nota de conteúdo máxima	30,00
NE	Erros de grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular, descontados sobre as linhas escritas	$- 6 \times NE \div TL$

Proposta de redação definitiva · 28 de 30 linhas

TEXTO DEFINITIVO · QUESTÃO · 30 LINHAS	
1	O controle interno é o autocontrole da Administração e, no
2	Executivo federal, organiza-se em sistema coordenado pela CGU.
3	As finalidades do controle interno estão previstas no art. 74
4	da Constituição Federal. Cabe a ele avaliar o cumprimento das metas
5	do plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos
6	orçamentos; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à
7	eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira e
8	patrimonial; controlar as operações de crédito, avais e garantias,
9	bem como os direitos e haveres da União; e apoiar o controle
10	externo.
11	O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal,
12	disciplinado pela Lei n.º 10.180/2001, é integrado pela Secretaria
13	Federal de Controle Interno, órgão central situado na estrutura da
14	CGU, e por órgãos setoriais. Sua atuação se dá por meio de auditoria
15	e fiscalização. A CGU reúne, ainda, correição, ouvidoria e prevenção
16	da corrupção, o que permite atuação integrada na defesa do
17	patrimônio público.
18	Os controles interno e externo são complementares. O externo, a
19	cargo do Congresso Nacional com o auxílio do TCU, é exercido por
20	órgão alheio à estrutura controlada, ao passo que o interno integra
21	o próprio Poder. O controle interno apoia o externo, por exemplo,
22	com o relatório e o certificado de auditoria que instruem as contas.
23	Além disso, o art. 74, § 1.º, da Constituição obriga os responsáveis
24	pelo controle interno a dar ciência ao TCU de qualquer
25	irregularidade ou ilegalidade, sob pena de responsabilidade
26	solidária.
27	Portanto, o controle interno corrige a gestão por dentro e
28	fortalece a atuação do controle externo.
29	
30	

Contagem simulada com cerca de 68 caracteres por linha manuscrita. Na sua letra, o número pode variar: treine na folha oficial.

ARMADILHAS DO ENUNCIADO

- O aspecto 1 pede as finalidades **constitucionais**: são quatro, no art. 74. Quem cita só legalidade e eficiência perde dois terços do quesito.
- Controle interno não é subordinado ao TCU. A relação é de apoio e complementaridade, não de hierarquia.

ERROS MAIS COMUNS

- Dizer que a CGU "julga contas". Quem julga contas é o TCU; a CGU audita, fiscaliza e certifica.
- Esquecer a responsabilidade solidária no dever de ciência ao TCU, que é o fecho esperado do aspecto 3.

DICAS ESTRATÉGICAS

- Este tema caiu na dissertação da CGU 2022 (finalidades do art. 74). Tema que a própria CGU já cobrou merece estar decorado.
- Use "autocontrole" na abertura: a palavra resume a diferença entre os dois controles em um termo só.

PARTE 3

Situação-problema de 60 linhas

Conhecimentos específicos da especialidade · 70 pontos · até 60 linhas

09 O que pode cair na situação-problema

A situação-problema vale 70 dos 100 pontos e cobra o conteúdo específico da especialidade. Nas provas de controle do Cebraspe, os casos mais frequentes envolvem achados de auditoria, contratações e convênios, orçamento e responsabilização.

Eixo do edital (Auditoria)	Exemplos de caso provável
Auditoria governamental: avaliação, consultoria e apuração	Estruturar achado, propor recomendações, tipo de trabalho
Finanças públicas, orçamento e contabilidade pública	Emendas e transferências, execução da despesa, LRF
Políticas públicas e métodos de investigação e avaliação	Eficácia, eficiência e efetividade de um programa
Auditoria de contratações, transferências e execução de recursos	Pagamento sem execução, convênios, tomada de contas especial
Integridade, transparência e responsabilização aplicadas ao controle	Lei Anticorrupção, PAR, leniência, esferas de responsabilização

PARA QUEM É DE TI

A situação-problema de Ciência de Dados, Infraestrutura de TI e Desenvolvimento de Sistemas cobra o conteúdo técnico de cada área. O método desta parte — decompor o comando, aplicar a regra ao fato e fechar com a consequência — vale integralmente. As rodadas 4 a 6 são da especialidade Auditoria.

As rodadas desta parte

Rodada	Tema	Por que este tema
4	Convênio de obra: pagamento sem execução	Contratações, transferências e achado. Precedentes: TCDF 2023 (pagamento sem entrega), TCE-MS 2025 (atributos do achado) e TCU 2025 Técnico (convênio)
5	Emendas Pix: transferência especial sem rastreabilidade	Orçamento e transferências. Precedentes: CGU 2022 (orçamento impositivo) e TCE-PB 2018 (emendas); auditorias determinadas pelo STF à CGU
6	Conluio em pregão e acordo de leniência	Integridade e responsabilização. Leniência é competência da CGU (Lei n.º 12.846/2013, art. 16, § 10); precedente: TCM-BA 2018 (responsabilização)

10 A estrutura da situação-problema de 60 linhas

Aqui a banca não quer saber se você conhece a norma; quer ver se você sabe **usá-la**. Cada parágrafo de desenvolvimento liga a regra ao fato do caso e termina com uma consequência.

Regra → Fato do caso → Consequência

O parágrafo de aplicação: a norma sozinha vale pouco; a norma aplicada ao dado do enunciado vale o quesito.

SÓ A REGRA

"A Lei n.º 4.320/1964 estabelece que o pagamento somente ocorre após a regular liquidação da despesa." — Correto, mas não diz nada sobre o caso.

REGRA APLICADA

"Nos termos da Lei n.º 4.320/1964, o pagamento só ocorre após a liquidação. **No caso**, o município pagou 80% com 35% executados; **assim**, há R\$ 1,8 milhão pago sem contraprestação."

Calibragem das 60 linhas

Bloco	Linhas	Conteúdo
Abertura	3–5	O que aconteceu e o que será analisado
§ Item 1	10–16	Regra → fato → consequência
§ Item 2	10–16	Regra → fato → consequência
§ Item 3	10–16	Regra → fato → consequência
§ Item 4	8–11	Regra → fato → consequência
Fecho	3–4	Resposta final ao caso, com encaminhamento

Quando o comando pede achado e recomendação

Atributo	Pergunta que responde	Erro comum
Condição	O que foi encontrado?	Descrever a causa no lugar da situação
Critério	O que deveria ser?	Esquecer a norma ou a cláusula contratual
Causa	Por que aconteceu?	Repetir a condição com outras palavras
Efeito	Qual a consequência?	Não quantificar quando o caso dá números

O QUE O PADRÃO DO CEBRASPE PONTUA

Nas situações-problema já corrigidas pela banca — por exemplo, SEPLAG-CE 2024 (60 linhas, 70 pontos, o mesmo formato da CGU) e Banco Central 2024 —, a nota sai quase toda dos quesitos ligados aos aspectos do comando, graduados de 0 a N pelo número e pela qualidade dos elementos apresentados. Quando o aspecto pede posição sobre o caso, conta o **veredito correto com justificativa**; veredito errado zera o quesito. Introdução e conclusão não aparecem como quesito: servem para organizar o texto e devem ser curtas. A apresentação vale pouco (cerca de 5% da questão).

RECOMENDAÇÃO QUE PONTUA

Ataca a **causa**, tem destinatário e é verificável. "Punir os responsáveis" não é recomendação de auditoria; "designar fiscal com carga compatível e exigir medição atestada antes de cada pagamento" é.

Rodada 4 · Situação-problema Convênio de obra: pagamento sem execução

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS · AUDITORIA

Eixo do edital: Auditoria de contratações, transferências e execução de recursos. Enunciado inédito, elaborado no padrão Cebraspe para treino.

SITUAÇÃO-PROBLEMA · INÉDITA · PADRÃO CEBRASPE · 60 LINHAS · 70 PONTOS

Em auditoria sobre a aplicação de recursos federais, equipe da CGU examinou convênio firmado entre um ministério e o município X, no valor de R\$ 4.000.000,00, destinado à construção de uma unidade básica de saúde. O município contratou a obra por esse mesmo valor. Em visita ao local da obra, a equipe constatou o seguinte:

- o município pagou à construtora 80% do valor contratado, mas a obra apresentava apenas 35% de execução física, conforme medição realizada pela própria equipe;
- não constavam do processo boletins de medição atestados pela fiscalização para as três últimas parcelas pagas;
- o fiscal do contrato acumulava o acompanhamento de outras 14 obras municipais e não dispunha de veículo para deslocamento;
- a vigência do convênio se encerraria em 60 dias.

Na condição de auditor federal de finanças e controle integrante da equipe, redija um texto em que analise a situação hipotética apresentada, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 a irregularidade identificada nos pagamentos e o seu enquadramento normativo, com indicação do valor pago sem a contraprestação correspondente; [valor: 18,00 pontos]
- 2 a estruturação do achado de auditoria, com a indicação de seus atributos; [valor: 18,00 pontos]
- 3 as medidas cabíveis para a recomposição do dano ao erário; [valor: 16,00 pontos]
- 4 duas recomendações de auditoria adequadas às causas identificadas. [valor: 14,00 pontos]

Órgãos, municípios, empresas e programas são fictícios.

Pare aqui. Planeje e escreva a sua resposta, cronometrando (55 minutos para 30 linhas; 115 para 60), antes de virar a página. A solução começa na próxima página.

COMO MONTAR O ESQUELETO

Abertura · 4 linhas — falhas graves no convênio · anuncia: pagamentos, achado, ressarcimento, recomendações.

§1 · item 1 · 13 linhas — TF: pagamento sem liquidação · arts. 62 e 63 da Lei n.º 4.320/1964 · art. 145 da Lei n.º 14.133/2021 · cálculo: $3,2 - 1,4 = R\$ 1,8$ milhão.

§2 · item 2 · 11 linhas — TF: quatro atributos · condição ($80\% \times 35\%$) · critério (normas e convênio) · causa (fiscal com 14 obras, sem veículo) · efeito ($R\$ 1,8$ mi e risco à UBS).

§3 · item 3 · 13 linhas — TF: atuação do concedente · notificar para comprovar ou restituir · TCE (art. 8.º da Lei n.º 8.443/1992) · ciência ao TCU (CF, art. 74, § 1.º).

§4 · item 4 · 9 linhas — TF: recomendações atacam a causa · fiscal com carga compatível e meios · pagamento só com medição atestada · complemento ao concedente.

Fecho · 4 linhas — pagamento irregular de $R\$ 1,8$ mi + providências.

Padrão de resposta

Item	O que a resposta deve conter
1. Irregularidade e valor	<ul style="list-style-type: none"> • Pagamento sem regular liquidação: Lei n.º 4.320/1964, arts. 62 e 63 (o pagamento só ocorre após a liquidação, que verifica o direito do credor com base na efetiva entrega). • Vedação ao pagamento antecipado em obras: Lei n.º 14.133/2021, art. 145. • Valor: pago = $80\% \times R\\$ 4$ milhões = $R\\$ 3,2$ milhões; executado = $35\% \times R\\$ 4$ milhões = $R\\$ 1,4$ milhão; diferença = $R\\$ 1,8$ milhão.
2. Atributos do achado	<ul style="list-style-type: none"> • Condição (o que é): 80% pagos contra 35% executados; ausência de medições atestadas. • Critério (o que deveria ser): arts. 62 e 63 da Lei n.º 4.320/1964, art. 145 da Lei n.º 14.133/2021 e cláusulas do convênio. • Causa (por que aconteceu): fiscalização sobrecarregada e sem meios logísticos. • Efeito (consequência): $R\\$ 1,8$ milhão pago sem contraprestação; risco de não conclusão da UBS na vigência.
3. Recomposição do dano	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação do concedente: notificar o conveniente para comprovar a aplicação ou restituir os recursos, com atualização. • Não comprovada a aplicação dos recursos repassados pela União (convênio, acordo, ajuste ou congêneres): instauração de tomada de contas especial pela autoridade competente (Lei n.º 8.443/1992, art. 8.º), sob pena de responsabilidade solidária. • Ciência ao TCU pelos responsáveis pelo controle interno (CF, art. 74, § 1.º).
4. Recomendações (atacar as causas)	<ul style="list-style-type: none"> • Causa = fiscalização sobrecarregada e sem meios. Recomendações ao município: (i) designar fiscal com carga de trabalho compatível e meios de deslocamento; (ii) condicionar cada pagamento a boletim de medição atestado pela fiscalização. • Complementar (não substitui as duas): recomendar ao concedente que condicione novas parcelas à verificação física da execução.

Espelho de correção (do curso, padrão Cebraspe)

Quesito	O que o corretor procura	Pontos
1	Apresentação e estrutura textual: legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos	0,00 a 4,00
2.1	<p>Irregularidade, enquadramento e valor</p> <p>Conceito 0 — não identificou a irregularidade.</p> <p>Conceito 1 (4,50) — identificou pagamento indevido, sem enquadramento nem valor.</p> <p>Conceito 2 (9,00) — identificou e enquadrou OU calculou o valor corretamente.</p> <p>Conceito 3 (13,50) — identificou, enquadrou e calculou, com imprecisão em um dos elementos.</p> <p>Conceito 4 (18,00) — identificou, enquadrou (liquidação e/ou vedação ao pagamento antecipado) e indicou R\$ 1,8 milhão.</p>	18,00
2.2	<p>Atributos do achado</p> <p>Conceito 0 — não estruturou o achado.</p> <p>Conceito 1 (4,50) — indicou corretamente um atributo.</p> <p>Conceito 2 (9,00) — indicou corretamente dois atributos.</p> <p>Conceito 3 (13,50) — indicou corretamente três atributos.</p> <p>Conceito 4 (18,00) — indicou corretamente condição, critério, causa e efeito, vinculados ao caso.</p>	18,00
2.3	<p>Medidas de recomposição do dano</p> <p>Conceito 0 — não abordou o aspecto.</p> <p>Conceito 1 (5,33) — mencionou ressarcimento de forma genérica.</p> <p>Conceito 2 (10,67) — tratou da notificação pelo concedente OU da tomada de contas especial.</p> <p>Conceito 3 (16,00) — tratou da atuação do concedente, da tomada de contas especial e da ciência ao TCU.</p>	16,00
2.4	<p>Recomendações</p> <p>Conceito 0 — não apresentou recomendação ou apresentou recomendações sem relação com as causas.</p> <p>Conceito 1 (7,00) — apresentou uma recomendação adequada.</p> <p>Conceito 2 (14,00) — apresentou duas recomendações adequadas às causas.</p>	14,00
	Nota de conteúdo máxima	70,00
NE	Erros de grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular, descontados sobre as linhas escritas	$- 14 \times NE \div TL$

Proposta de redação definitiva · 54 de 60 linhas

TEXTO DEFINITIVO · SITUAÇÃO-PROBLEMA · 60 LINHAS	
1	A situação descrita revela falhas graves na execução de
2	convênio custeado com recursos federais. A análise a seguir examina
3	os pagamentos realizados, estrutura o achado de auditoria e indica
4	as providências de ressarcimento e de aprimoramento da gestão.
5	O município efetuou pagamentos sem a regular liquidação da
6	despesa, o que configura pagamento por serviços não executados. Nos
7	termos dos arts. 62 e 63 da Lei n.º 4.320/1964, o pagamento somente
8	pode ocorrer após a liquidação, que consiste na verificação do
9	direito do credor com base na comprovação da efetiva entrega do
10	objeto. Além disso, o art. 145 da Lei n.º 14.133/2021 veda o
11	pagamento antecipado de parcelas vinculadas à execução de obras,
12	salvo hipóteses excepcionais previamente justificadas, não
13	demonstradas no caso. O município pagou R\$ 3.200.000,00,
14	correspondentes a 80% do contrato, mas a execução física, de 35%,
15	corresponde a apenas R\$ 1.400.000,00. Assim, há R\$ 1.800.000,00
16	pagos sem contraprestação, o que constitui indício de dano ao erário
17	federal.
18	O achado de auditoria deve ser estruturado por meio de seus
19	quatro atributos. A condição corresponde ao pagamento de 80% do
20	valor contratual diante de execução física de 35%, sem boletins de
21	medição atestados para as três últimas parcelas. O critério é
22	formado pelos dispositivos legais citados e pelas cláusulas do
23	convênio que condicionam os desembolsos à execução comprovada. A
24	causa reside na fragilidade da fiscalização, uma vez que o fiscal
25	acumulava outras 14 obras e não dispunha de meios de deslocamento.
26	Por fim, o efeito consiste no pagamento indevido de R\$ 1.800.000,00
27	e no risco de a unidade de saúde não ser concluída dentro da
28	vigência do convênio, em prejuízo da população.
29	A recomposição do dano exige, inicialmente, a atuação do
30	concedente, responsável pelo acompanhamento do convênio. O
31	ministério deve notificar o município para que comprove a regular
32	aplicação dos recursos ou restitua os valores, com atualização
33	monetária. Caso a aplicação dos recursos não seja comprovada, o
34	art. 8.º da Lei n.º 8.443/1992 impõe à autoridade competente, sob
35	pena de responsabilidade solidária, a instauração de tomada de
36	contas especial, destinada a apurar os fatos, quantificar o dano e
37	identificar os responsáveis, como o ordenador de despesa que
38	autorizou os pagamentos e a construtora que recebeu sem executar.
39	Ademais, o art. 74, § 1.º, da Constituição Federal determina que os
40	responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de
41	irregularidade, deem ciência ao Tribunal de Contas da União.
42	As recomendações devem atacar as causas do problema, e não
43	apenas os seus sintomas. Em primeiro lugar, recomenda-se ao
44	município que designe fiscal com carga de trabalho compatível e com
45	meios de deslocamento, para que a obra seja efetivamente
46	acompanhada. Em segundo lugar, recomenda-se que condicione cada
47	pagamento a boletim de medição atestado pela fiscalização, o que
48	restabelece o controle da liquidação. De forma complementar, o
49	concedente deve condicionar a liberação de novas parcelas à
50	verificação física da execução.
51	Conclui-se, portanto, que houve pagamento irregular de
52	R\$ 1.800.000,00, decorrente de falhas de fiscalização, o que exige
53	medidas de ressarcimento, eventual tomada de contas especial e o
54	aprimoramento dos controles de liquidação.
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Contagem simulada com cerca de 68 caracteres por linha manuscrita. Na sua letra, o número pode variar: treine na folha oficial.

ARMADILHAS DO ENUNCIADO

- O valor pedido é a **diferença** entre o pago e o executado (R\$ 1,8 milhão), e não o total pago (R\$ 3,2 milhões). Quem informa o total pago perde parte do aspecto 1.
- A causa não é "o município pagou sem medir" — isso é a condição. A causa é **por que** isso aconteceu: o fiscal sobrecarregado e sem meios. Confundir condição e causa é o erro número 1 em achados.

ERROS MAIS COMUNS

- Recomendar "apurar responsabilidades" ou "punir os culpados" como recomendação de auditoria. Recomendação boa ataca a causa e melhora o controle.
- Afirmar que a CGU instaura a tomada de contas especial. Quem instaura é a autoridade administrativa competente (no caso, o concedente); a CGU comunica e acompanha.

DICAS ESTRATÉGICAS

- Em situação-problema, cada número do caso foi colocado ali por um motivo. Se a banca deu 80%, 35% e R\$ 4 milhões, ela espera ver o cálculo no texto.
- Escreva o achado na ordem condição → critério → causa → efeito, nomeando cada atributo. O corretor encontra os quatro elementos em segundos.

Rodada 5 · Situação-problema Emendas Pix: transferência especial sem rastreabilidade

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS · AUDITORIA

Eixo do edital: Finanças públicas e orçamento · Auditoria de transferências. Enunciado inédito, elaborado no padrão Cebbraspe para treino.

SITUAÇÃO-PROBLEMA · INÉDITA · PADRÃO CEBRASPE · 60 LINHAS · 70 PONTOS

Em cumprimento a decisões do Supremo Tribunal Federal sobre transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares, a CGU auditou a aplicação de R\$ 3.000.000,00 recebidos pelo município Y por meio de transferência especial oriunda de emenda individual ao orçamento da União. A equipe constatou o seguinte:

- o plano de trabalho não foi registrado no Transferegov.br antes do recebimento dos recursos;
- os recursos foram depositados na conta de movimentação geral da prefeitura, junto com receitas próprias;
- R\$ 600.000,00 foram usados no pagamento da folha dos professores da rede municipal;
- R\$ 1.400.000,00 custearam locação de veículos e combustível para a frota administrativa da prefeitura;
- R\$ 1.000.000,00 foram aplicados na pavimentação de vias, obra concluída e em uso.

Na condição de auditor federal de finanças e controle integrante da equipe, redija um texto em que analise a situação hipotética apresentada, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 as características da transferência especial e as exigências de transparência e rastreabilidade aplicáveis à sua execução; [valor: 18,00 pontos]
- 2 a regularidade das despesas realizadas, com indicação do percentual aplicado em despesas de capital e do valor aplicado em finalidade vedada ou inadequada; [valor: 20,00 pontos]
- 3 o fundamento da atuação da CGU na fiscalização desses recursos e as providências cabíveis diante das irregularidades; [valor: 14,00 pontos]
- 4 duas recomendações para o aprimoramento da gestão das transferências especiais pelo município. [valor: 14,00 pontos]

Órgãos, municípios, empresas e programas são fictícios.

Pare aqui. Planeje e escreva a sua resposta, cronometrando (55 minutos para 30 linhas; 115 para 60), antes de virar a página. A solução começa na próxima página.

COMO MONTAR O ESQUELETO

Abertura · 5 linhas — execução em desacordo com a CF e com o STF · anuncia o roteiro.

§1 · item 1 · 16 linhas — TF: CF, art. 166-A, I · repasse direto, sem convênio, pertence ao ente · finalística, 70% capital, vedações · STF: plano no Transferegov.br e conta específica · caso: sem plano e conta misturada.

§2 · item 2 · 11 linhas — TF: despesas irregulares · folha = vedação do § 1.º · frota = atividade-meio (§ 2.º) · pavimentação = 33,3% < 70% (R\$ 2,1 mi) · total irregular R\$ 2,0 mi.

§3 · item 3 · 9 linhas — TF: decisões do STF atribuem fiscalização a TCU e CGU · ciência ao TCU (art. 74, § 1.º) · TCE · PF e MP.

§4 · item 4 · 8 linhas — TF: atacar a falta de controles · plano antes + conta específica · verificação prévia pela controladoria.

Fecho · 4 linhas — R\$ 2,0 mi irregulares + comunicação ao TCU + controles prévios.

Padrão de resposta

Item	O que a resposta deve conter
1. Características e transparência	<ul style="list-style-type: none"> • CF, art. 166-A, I e § 2.º: emenda individual impositiva repassada diretamente ao ente, sem convênio; os recursos pertencem ao ente no ato da transferência e devem ir para programações finalísticas do Executivo local. • CF, art. 166-A, § 1.º: vedado o uso em despesas com pessoal e encargos e no serviço da dívida; § 5.º: no mínimo 70% em despesas de capital. • STF (ADIs 7688, 7695 e 7697; ADPF 854): transparência e rastreabilidade, plano de trabalho no Transferegov.br antes do recebimento e conta específica. • LC n.º 210/2024: indicação de objeto e valor e apreciação pelo TCU (art. 7.º); conta específica indicada no Transferegov.br e comunicação do plano de trabalho ao Legislativo e aos tribunais de contas (art. 8.º). • No caso: sem plano registrado e com recursos misturados às receitas próprias, não há rastreabilidade.
2. Regularidade e cálculos	<ul style="list-style-type: none"> • Folha de professores (R\$ 600 mil): vedação expressa do § 1.º. • Frota administrativa (R\$ 1,4 milhão): custeio de atividade-meio, não finalístico (§ 2.º). • Pavimentação (R\$ 1,0 milhão): regular, mas representa 33,3% do total, abaixo dos 70% exigidos (R\$ 2,1 milhões). • Total em finalidade vedada ou inadequada: R\$ 2,0 milhões (66,7%).
3. Atuação da CGU e providências	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamento: decisões do STF atribuíram ao TCU e à CGU a fiscalização dessas transferências, ainda que os recursos pertençam ao ente. • Ciência ao TCU (CF, art. 74, § 1.º), para apuração de responsabilidades e recomposição dos valores, inclusive, se cabível, por tomada de contas especial. • Indícios de crime: comunicação aos órgãos de persecução competentes (polícia e Ministério Público).
4. Recomendações	<ul style="list-style-type: none"> • Registrar o plano de trabalho antes da execução e movimentar cada emenda em conta específica. • Verificação prévia, pela controladoria municipal, da natureza finalística, do mínimo de 70% em capital e das vedações.

Espelho de correção (do curso, padrão Cebraspe)

Quesito	O que o corretor procura	Pontos
1	Apresentação e estrutura textual: legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos	0,00 a 4,00
2.1	<p>Características e exigências de transparência</p> <p>Conceito 0 — não abordou o aspecto.</p> <p>Conceito 1 (4,50) — descreveu a transferência de forma genérica.</p> <p>Conceito 2 (9,00) — apresentou as características constitucionais, sem as exigências de rastreabilidade.</p> <p>Conceito 3 (13,50) — apresentou características e ao menos uma exigência fixada pelo STF.</p> <p>Conceito 4 (18,00) — apresentou características e exigências e as aplicou ao caso.</p>	18,00
2.2	<p>Regularidade das despesas e cálculos</p> <p>Conceito 0 — não analisou as despesas.</p> <p>Conceito 1 (5,00) — identificou corretamente uma irregularidade.</p> <p>Conceito 2 (10,00) — identificou a vedação de pessoal e a despesa não finalística.</p> <p>Conceito 3 (15,00) — fez o anterior e calculou o percentual de capital (33,3%) ou o valor irregular (R\$ 2,0 milhões).</p> <p>Conceito 4 (20,00) — fez tudo, com fundamento constitucional para cada irregularidade.</p>	20,00
2.3	<p>Fundamento da atuação da CGU e providências</p> <p>Conceito 0 — não abordou o aspecto ou negou a competência federal.</p> <p>Conceito 1 (4,67) — indicou o fundamento OU uma providência.</p> <p>Conceito 2 (9,33) — indicou o fundamento e uma providência.</p> <p>Conceito 3 (14,00) — indicou o fundamento, a ciência ao TCU e a comunicação de indícios aos órgãos de persecução.</p>	14,00
2.4	<p>Recomendações</p> <p>Conceito 0 — não apresentou recomendação pertinente.</p> <p>Conceito 1 (7,00) — apresentou uma recomendação adequada.</p> <p>Conceito 2 (14,00) — apresentou duas recomendações adequadas às falhas identificadas.</p>	14,00
	Nota de conteúdo máxima	70,00
NE	Erros de grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular, descontados sobre as linhas escritas	$- 14 \times NE \div TL$

Proposta de redação definitiva · 53 de 60 linhas

TEXTO DEFINITIVO · SITUAÇÃO-PROBLEMA · 60 LINHAS	
1	A situação revela execução de transferência especial em
2	desacordo com a Constituição e com as exigências de transparência
3	fixadas pelo Supremo Tribunal Federal. A análise a seguir examina o
4	regime dessa transferência, a regularidade das despesas, a atuação
5	da CGU e as medidas de aprimoramento.
6	A transferência especial, prevista no art. 166-A, I, da
7	Constituição Federal, é modalidade de execução de emenda individual
8	impositiva em que os recursos são repassados diretamente ao ente,
9	sem convênio, e passam a pertencer a ele no ato da transferência.
10	Esses recursos devem ser aplicados em programações finalísticas do
11	Poder Executivo local, com pelo menos 70% em despesas de capital, e
12	não podem custear pessoal nem o serviço da dívida. Além disso, o
13	Supremo Tribunal Federal, nas ADIs 7688, 7695 e 7697 e na ADPF 854,
14	exigiu transparência e rastreabilidade, com plano de trabalho
15	registrado no Transferegov.br antes do recebimento e conta
16	específica. Essas exigências foram incorporadas à Lei Complementar
17	n.º 210/2024, que impõe conta específica indicada no Transferegov.br
18	e a comunicação do plano de trabalho ao Legislativo e aos tribunais
19	de contas. No caso, o município não registrou o plano e misturou os
20	recursos com receitas próprias, o que impede o rastreamento do
21	gasto.
22	As despesas realizadas são, em grande parte, irregulares. O
23	pagamento de R\$ 600.000,00 da folha de professores afronta a vedação
24	expressa do art. 166-A, § 1.º, da Constituição. Por sua vez, os
25	R\$ 1.400.000,00 gastos com veículos e combustível da frota
26	administrativa custeiam atividade-meio, e não programação
27	finalística, como exige o § 2.º do mesmo artigo. Apenas a
28	pavimentação, de R\$ 1.000.000,00, é despesa de capital regular, o
29	que corresponde a 33,3% do total, abaixo do mínimo de 70% exigido
30	pelo § 5.º do mesmo artigo, equivalente a R\$ 2.100.000,00. Assim,
31	R\$ 2.000.000,00, ou 66,7% dos recursos, tiveram finalidade vedada ou
32	inadequada.
33	A atuação da CGU decorre das decisões do Supremo Tribunal
34	Federal que atribuíram ao TCU e à CGU a fiscalização dessas
35	transferências, ainda que os recursos pertençam ao ente beneficiado.
36	Diante das irregularidades, a CGU deve dar ciência ao Tribunal de
37	Contas da União, nos termos do art. 74, § 1.º, da Constituição, para
38	que se apurem as responsabilidades e se busque a recomposição dos
39	valores, inclusive, se cabível, por tomada de contas especial.
40	Havendo indícios de crime, os fatos devem ser comunicados aos órgãos
41	de persecução competentes, como a polícia e o Ministério Público.
42	As recomendações devem atacar a ausência de controles mínimos.
43	Em primeiro lugar, recomenda-se ao município que registre o plano de
44	trabalho no Transferegov.br antes do recebimento dos recursos e os
45	movimente em conta específica, o que garante a rastreabilidade. Em
46	segundo lugar, recomenda-se que a controladoria municipal verifique
47	previamente cada despesa, para assegurar sua natureza finalística, o
48	mínimo de 70% em capital e a observância das vedações
49	constitucionais.
50	Conclui-se que o município aplicou R\$ 2.000.000,00 em
51	finalidade vedada ou inadequada e descumpriu as exigências de
52	rastreabilidade, o que justifica a comunicação ao TCU e a adoção de
53	controles prévios.
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Contagem simulada com cerca de 68 caracteres por linha manuscrita. Na sua letra, o número pode variar: treine na folha oficial.

ARMADILHAS DO ENUNCIADO

- A pavimentação é regular, mas não salva o caso: o § 5.º exige 70% em capital sobre o total, e o município ficou em 33,3%.
- Locação de veículos não está entre as vedações do § 1.º. O problema é outro: custeio de atividade-meio, sem caráter finalístico (§ 2.º). Separar os dois fundamentos vale pontos.

ERROS MAIS COMUNS

- Afirmar que a CGU não pode fiscalizar porque os recursos pertencem ao município. O STF determinou a fiscalização federal dessas transferências.
- Somar folha e frota sem distinguir vedação expressa (pessoal) de finalidade inadequada (atividade-meio).

DICAS ESTRATÉGICAS

- Tema de alta probabilidade: as emendas Pix estão no centro da agenda da CGU desde 2024, com auditorias determinadas pelo STF.
- Deixe os três números visíveis no texto: 33,3% em capital, R\$ 2,1 milhões exigidos e R\$ 2,0 milhões irregulares.

Rodada 6 · Situação-problema Conluio em pregão e acordo de leniência

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS · AUDITORIA

Eixo do edital: Integridade, transparência e responsabilização aplicadas ao controle. Enunciado inédito, elaborado no padrão Cebraspe para treino.

SITUAÇÃO-PROBLEMA · INÉDITA · PADRÃO CEBRASPE · 60 LINHAS · 70 PONTOS

Em auditoria sobre contratos de manutenção predial de um órgão federal, a CGU identificou que a empresa Alfa Serviços Ltda., vencedora de pregão, havia combinado preços com duas concorrentes, que apresentaram propostas apenas para dar aparência de competição. Mensagens obtidas no curso dos trabalhos indicaram, ainda, pagamentos da empresa a servidor do órgão que integrava a equipe de planejamento da contratação.

Após a divulgação dos fatos, a Alfa procurou a CGU, manifestou interesse em celebrar acordo de leniência e informou possuir programa de integridade implantado havia dois anos, embora o canal de denúncias da empresa nunca tivesse recebido registros.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um texto em que analise as consequências jurídicas dos fatos narrados, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 a responsabilização da pessoa jurídica, com indicação de sua natureza, do processo cabível e da autoridade competente no Poder Executivo federal; [valor: 18,00 pontos]
- 2 os requisitos e os efeitos do acordo de leniência pretendido pela empresa Alfa; [valor: 18,00 pontos]
- 3 a relevância do programa de integridade informado pela empresa, inclusive para a dosimetria das sanções; [valor: 15,00 pontos]
- 4 a responsabilização do servidor e a independência entre as instâncias. [valor: 15,00 pontos]

Órgãos, municípios, empresas e programas são fictícios.

Pare aqui. Planeje e escreva a sua resposta, cronometrando (55 minutos para 30 linhas; 115 para 60), antes de virar a página. A solução começa na próxima página.

COMO MONTAR O ESQUELETO

Abertura · 4 linhas — fraude à licitação + suborno · esferas distintas e independentes.

§1 · item 1 · 14 linhas — TF: responsabilidade objetiva (arts. 1.º e 2.º da Lei n.º 12.846/2013) · art. 5.º, I e IV, "a" · PAR + competência concorrente da CGU · multa e publicação · art. 159 da Lei n.º 14.133/2021.

§2 · item 2 · 14 linhas — TF: leniência celebrada pela CGU · requisitos cumulativos do art. 16, § 1.º · resultados do caput · efeitos (isenções e até 2/3 da multa) · reparação integral mantida.

§3 · item 3 · 11 linhas — TF: programa conta na dosimetria (art. 7.º, VIII) · arts. 156 e 163 da Lei n.º 14.133/2021 · caso: canal sem registros = programa formal.

§4 · item 4 · 11 linhas — TF: esferas independentes · PAD (arts. 117, XII, e 132, XIII) · improbidade com dolo · corrupção passiva (CP, art. 317) · art. 125 da Lei n.º 8.112/1990.

Fecho · 4 linhas — PAR + leniência condicionada + servidor nas três esferas.

Padrão de resposta

Item	O que a resposta deve conter
1. Responsabilização da pessoa jurídica	<ul style="list-style-type: none"> Natureza objetiva, nas esferas administrativa e civil (Lei n.º 12.846/2013, arts. 1.º e 2.º): independe de dolo ou culpa. Atos lesivos: dar vantagem indevida a agente público (art. 5.º, I) e fraudar o caráter competitivo da licitação mediante ajuste (art. 5.º, IV, "a"). Processo administrativo de responsabilização (PAR), instaurado pela autoridade máxima do órgão; no Executivo federal, a CGU tem competência concorrente para instaurar e avocar (art. 8.º, § 2.º). Sanções: multa de 0,1% a 20% do faturamento bruto e publicação extraordinária da decisão (art. 6.º). Lei n.º 14.133/2021, art. 159: apuração conjunta das infrações licitatórias e dos atos lesivos.
2. Acordo de leniência	<ul style="list-style-type: none"> Competência da CGU no Poder Executivo federal (art. 16, § 10). Requisitos cumulativos (art. 16, § 1.º): ser a primeira a manifestar interesse; cessar o envolvimento; admitir a participação e cooperar plena e permanentemente. Resultados que a colaboração deve produzir: identificação dos demais envolvidos e obtenção célere de informações e documentos (art. 16, caput, I e II). Efeitos: isenção da publicação extraordinária e da proibição de receber incentivos e empréstimos; redução de até 2/3 da multa; não exime da reparação integral do dano (art. 16, §§ 2.º e 3.º). Proposta rejeitada não importa reconhecimento do ilícito (art. 16, § 7.º).
3. Programa de integridade	<ul style="list-style-type: none"> Considerado na aplicação das sanções (Lei n.º 12.846/2013, art. 7.º, VIII), com parâmetros de avaliação no Decreto n.º 11.129/2022. Lei n.º 14.133/2021: critério de dosimetria (art. 156, § 1.º, V) e condição de reabilitação em certas infrações (art. 163, parágrafo único). No caso: canal sem nenhum registro e envolvimento direto em suborno sugerem programa meramente formal, de efetividade questionável.

Item	O que a resposta deve conter
4. Servidor e independência das instâncias	<ul style="list-style-type: none"> • PAD (Lei n.º 8.112/1990): recebimento de vantagem em razão das atribuições (art. 117, XII) sujeita à demissão (art. 132, XIII). • Improbidade por enriquecimento ilícito (Lei n.º 8.429/1992, art. 9.º), com exigência de dolo após a Lei n.º 14.230/2021; corrupção passiva (Código Penal, art. 317). • Independência das instâncias (Lei n.º 8.112/1990, art. 125) e preservação de outras responsabilizações (Lei n.º 12.846/2013, art. 30).

Espelho de correção (do curso, padrão Cebraspe)

Quesito	O que o corretor procura	Pontos
1	Apresentação e estrutura textual: legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos	0,00 a 4,00
2.1	<p>Responsabilização da pessoa jurídica</p> <p>Conceito 0 — não abordou ou afirmou responsabilidade subjetiva.</p> <p>Conceito 1 (4,50) — indicou apenas a natureza objetiva.</p> <p>Conceito 2 (9,00) — indicou a natureza e o processo (PAR).</p> <p>Conceito 3 (13,50) — indicou natureza, processo e autoridade, sem enquadrar os atos lesivos.</p> <p>Conceito 4 (18,00) — indicou natureza, PAR, autoridade (com a competência da CGU) e enquadrar os atos.</p>	18,00
2.2	<p>Requisitos e efeitos da leniência</p> <p>Conceito 0 — não abordou o aspecto.</p> <p>Conceito 1 (6,00) — mencionou requisitos OU efeitos de forma incompleta.</p> <p>Conceito 2 (12,00) — apresentou requisitos completos OU efeitos completos.</p> <p>Conceito 3 (18,00) — apresentou requisitos e efeitos, incluindo a manutenção do dever de reparar o dano.</p>	18,00
2.3	<p>Programa de integridade</p> <p>Conceito 0 — não abordou o aspecto.</p> <p>Conceito 1 (5,00) — afirmou a relevância do programa de forma genérica.</p> <p>Conceito 2 (10,00) — relacionou o programa à dosimetria, com fundamento legal.</p> <p>Conceito 3 (15,00) — relacionou à dosimetria e avaliou criticamente a efetividade do programa no caso.</p>	15,00
2.4	<p>Servidor e independência das instâncias</p> <p>Conceito 0 — não abordou o aspecto.</p> <p>Conceito 1 (5,00) — mencionou uma esfera de responsabilização.</p> <p>Conceito 2 (10,00) — mencionou duas ou mais esferas, sem tratar da independência.</p> <p>Conceito 3 (15,00) — tratou das esferas disciplinar, de improbidade e penal e da independência entre elas.</p>	15,00
	Nota de conteúdo máxima	70,00
NE	Erros de grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular, descontados sobre as linhas escritas	$- 14 \times NE \div TL$

Proposta de redação definitiva · 58 de 60 linhas

TEXTO DEFINITIVO · SITUAÇÃO-PROBLEMA · 60 LINHAS	
1	Os fatos narrados envolvem fraude à licitação e pagamento de
2	vantagem indevida a servidor público. Essas condutas geram
3	consequências para a empresa e para o agente público, em esferas
4	distintas e independentes.
5	A responsabilização da empresa Alfa é objetiva, nas esferas
6	administrativa e civil, conforme os arts. 1.º e 2.º da Lei
7	n.º 12.846/2013, o que dispensa a prova de dolo ou culpa. As
8	condutas enquadram-se no art. 5.º, I e IV, "a", dessa lei, que
9	tratam do pagamento de vantagem indevida a agente público e da
10	fraude ao caráter competitivo da licitação mediante ajuste. A
11	apuração ocorre por meio de processo administrativo de
12	responsabilização, instaurado pela autoridade máxima do órgão,
13	cabendo à CGU, no Poder Executivo federal, competência concorrente
14	para instaurá-lo ou avocá-lo. Ao final, podem ser aplicadas multa de
15	0,1% a 20% do faturamento bruto e publicação extraordinária da
16	decisão. Além disso, pelo art. 159 da Lei n.º 14.133/2021, as
17	infrações licitatórias também tipificadas como atos lesivos são
18	apuradas e julgadas conjuntamente, nos mesmos autos.
19	O acordo de leniência, celebrado pela CGU no âmbito do Poder
20	Executivo federal, exige, cumulativamente, nos termos do art. 16,
21	§ 1.º, da Lei n.º 12.846/2013, que a empresa seja a primeira a
22	manifestar interesse em cooperar, cesse o envolvimento no ilícito,
23	admita sua participação e coopere plenamente com as investigações. A
24	colaboração deve resultar na identificação dos demais envolvidos e
25	na obtenção célere de informações e documentos. No caso, como o
26	conluio envolveu duas concorrentes e a procura ocorreu após a
27	divulgação dos fatos, a Alfa só obterá o acordo se for a primeira a
28	se manifestar e se sua colaboração acrescentar provas ao que já se
29	sabe. Celebrado o acordo, a empresa fica isenta da publicação
30	extraordinária e da proibição de receber incentivos públicos, e a
31	multa pode ser reduzida em até dois terços. O acordo, contudo, não a
32	exime de reparar integralmente o dano.
33	O programa de integridade, segundo o art. 7.º, VIII, da Lei
34	n.º 12.846/2013, é considerado na aplicação das sanções, e a Lei
35	n.º 14.133/2021 também o adota como critério de dosimetria, no
36	art. 156, § 1.º, V. Além disso, o art. 163, parágrafo único, dessa
37	lei exige a implantação ou o aperfeiçoamento do programa como
38	condição de reabilitação da empresa punida por ato lesivo previsto
39	na Lei Anticorrupção. No caso, porém, a ausência de qualquer
40	registro no canal de denúncias e o envolvimento direto da empresa em
41	suborno indicam programa meramente formal. Assim, sua efetividade
42	deve ser avaliada conforme os parâmetros do Decreto n.º 11.129/2022,
43	e a simples existência do documento não garante redução da multa.
44	O servidor responde em esferas independentes. Na disciplinar, o
45	recebimento de vantagem em razão das atribuições sujeita-o à
46	demissão, nos termos dos arts. 117, XII, e 132, XIII, da Lei
47	n.º 8.112/1990. Na esfera da improbidade administrativa, responde
48	por enriquecimento ilícito (Lei n.º 8.429/1992, art. 9.º), com
49	exigência de dolo após a Lei n.º 14.230/2021. Na esfera penal, a
50	conduta pode configurar corrupção passiva, prevista no art. 317 do
51	Código Penal, ao passo que os representantes da empresa podem
52	responder por corrupção ativa. Essas instâncias são independentes,
53	conforme o art. 125 da Lei n.º 8.112/1990, de modo que a sanção em
54	uma delas não impede a aplicação das demais.
55	Conclui-se que a empresa responde objetivamente por meio de PAR
56	e só obterá benefícios se cumprir os requisitos da leniência, sem
57	redução automática pelo programa formal; o servidor, por sua vez,
58	responde de forma independente nas esferas cabíveis.
59	
60	

Contagem simulada com cerca de 68 caracteres por linha manuscrita. Na sua letra, o número pode variar: treine na folha oficial.

ARMADILHAS DO ENUNCIADO

- A pergunta é sobre a autoridade competente **no Poder Executivo federal**. A resposta completa tem dois níveis: a autoridade máxima do órgão lesado e a competência concorrente da CGU.
- A leniência reduz a multa em até 2/3, mas **não** afasta a reparação do dano. Esquecer esse ponto é o deslize mais caro do aspecto 2.

ERROS MAIS COMUNS

- Dizer que a empresa responde "se comprovada a culpa". A Lei Anticorrupção adota responsabilidade objetiva para a pessoa jurídica.
- Tratar o programa de integridade como "perdão" automático. Ele é atenuante e depende de efetividade comprovada.

DICAS ESTRATÉGICAS

- No aspecto 3, a banca deixou uma pista no caso: canal de denúncias sem nenhum registro. Use o dado. Situação-problema premia quem aplica a norma ao fato, e não quem recita a norma.
- Para a independência das instâncias, uma frase de fecho basta. Não gaste linhas com doutrina sobre o tema.

PARTE 4

O dia da prova

Gestão das três horas e meia e conferência final

11 As três horas e meia da tarde

São 3h30 para dois textos à mão, depois de uma manhã inteira de objetivas. O cansaço é real; por isso o plano precisa estar decidido antes.

Tempo	Etapa
10 min	Ler as duas questões, numerar os itens e marcar os dados do caso
30 min	Planejamento e esqueleto da situação-problema
75 min	Situação-problema no texto definitivo
10 min	Revisão da situação-problema
15 min	Planejamento e esqueleto da questão
40 min	Questão no texto definitivo
30 min	Revisão final (acentuação, crase, concordância) e reserva para imprevistos

POR ONDE COMEÇAR

Comece pela situação-problema: vale 70 pontos e exige mais raciocínio, que se gasta melhor com a cabeça descansada. Exceção: quem domina totalmente o tema da Questão 1 pode usá-la como aquecimento, desde que respeite 55 minutos.

Sete erros que custam a vaga

- **Começar sem esqueleto:** o item 3 some no meio do texto.
- **Abertura de seis linhas:** o último item fica espremido.
- **Confundir condição com causa** no achado de auditoria.
- **Ignorar os números do caso:** a banca os colocou ali para serem usados.
- **Responder só metade de item duplo** ("requisitos e efeitos").
- **Assinar ou escrever nome** no texto definitivo.
- **Escrever além da linha 30 ou 60:** o excedente é desconsiderado.

12 Checklist do dia da prova

ANTES DE PASSAR A LIMPO

- Cada item do comando tem um parágrafo?
- Itens duplos ("requisitos e efeitos") estão completos?
- Todos os dados do caso aparecem no texto?
- Cada parágrafo abre com o tópico frasal?
- As linhas acompanham o valor dos itens?

DEPOIS DE PASSAR A LIMPO

- Nenhuma marca, nome ou assinatura.
- Nada fora do espaço ou além do limite.
- Acentos, crases e concordâncias revisados.
- Números de artigo conferidos; na dúvida, sem número.
- Parágrafos com recuo visível e letra legível.

ÚLTIMA PALAVRA

A diferença entre 60 e 80 pontos raramente está no conhecimento. Está em responder a **tudo** o que foi perguntado, **na ordem** em que foi perguntado, **aplicando** a norma ao caso. Treine até isso ficar automático.

Fontes sobre o edital

- Edital n.º 1 – CGU – AFFC, de 8 de outubro de 2026 (DOU de 9/10/2026); página do concurso no site do Cebraspe.
- Subitens conferidos no edital: 7.1 a 7.3 (provas e duração), 8.11.5 (quem tem a discursiva corrigida), 9.1 (formato), 9.4 (marca de identificação), 9.7.4 a 9.7.9 (critérios, fórmulas e nota mínima), 9.8 (recursos), 11.1 (nota final) e Anexo I (cronograma).

O edital prevalece sobre qualquer resumo, inclusive este. Confira a fórmula de correção e os critérios de eliminação no texto oficial.

UMA PALAVRA FINAL

Obrigado por ter lido até aqui

**Samuel Wolf**

@auditor_discursivas

- Auditor de Controle Externo do TCE-RJ
- Engenheiro de Infraestrutura Aeronáutica formado pelo ITA
- Nomeado Auditor Fiscal da SEFAZ-RS e da SEFIN Manaus
- Trabalha com discursivas há mais de 8 anos

Eu sou o Samuel. Passei pelos dois lados da discursiva: como candidato, em concursos de controle e da área fiscal, e hoje como auditor que escreve relatórios técnicos todos os dias. Há mais de oito anos ajudo concurseiros a escrever melhor na prova — com aulas, correções e recursos contra a nota da discursiva.

Montei esta aula do mesmo jeito que corrijo uma prova: olhando o que a banca realmente cobra e o que faz um texto ganhar ou perder pontos. Se ela te ajudou a enxergar a prova da CGU com mais clareza, já valeu.

GOSTOU DO MATERIAL?

Comenta lá no **@auditor_discursivas** o que você achou. Parece pouco, mas cada comentário ajuda muito o meu trabalho e faz este material chegar a mais gente que está na mesma luta que você.

E me acompanhe por lá: no **@auditor_discursivas** eu sempre posto conteúdos sobre discursivas de concursos públicos — dicas de estrutura, análise de provas e padrões de resposta das bancas.

Eu torço muito por você. Estude com método, treine na folha, cronometre os textos e chegue ao dia 13 de dezembro confiando no que você construiu.

E SE A NOTA NÃO VIER COMO VOCÊ ESPERAVA?

Não aceite a nota de cara. O edital (subitem 9.8) prevê dois momentos de recurso: contra o padrão preliminar de respostas, em 16 e 17/12/2026, e, depois, contra o resultado provisório da discursiva, quando você recebe a imagem da prova e o espelho de avaliação. Um recurso bem fundamentado recupera pontos de conteúdo e erros de língua contados indevidamente. Numa prova com corte em 50 pontos, isso pode ser a diferença entre a eliminação e a nomeação.

Me chama no direct do @auditor_discursivas que a gente analisa a sua prova juntos e prepara o recurso.

Um abraço e boa prova,
Samuel Wolf